

OS BANCOS E O PLANO COLLOR

*Edison Marques Moreira**

Antes da posse do novo Governo, havia impressão de que os bancos seriam os mais sacrificados por qualquer plano de estabilização monetária que fosse adotado e de que suas perdas seriam proporcionais aos lucros que vinham obtendo com a inflação em suas operações com títulos públicos.

Com o objetivo de verificar essa questão, desenvolvemos o presente trabalho, em que, em um primeiro momento, são feitas algumas observações sintéticas de como se encontrava a atividade de intermediação financeira antes do Plano Collor, analisando a seguir o resultado obtido pelo sistema bancário no primeiro semestre deste ano.

O sistema bancário antes do Plano

Com a escalada inflacionária, sobretudo na década de 80, os bancos reduziram bastante a execução da sua atividade clássica, qual seja, a de receber depósitos à vista e fornecer crédito aos agentes econômicos deficitários, e passaram a cumprir o papel predominante de transferir a dívida do Governo para o público, devido ao crescimento do "deficit" público financiado em títulos. Essa atividade, historicamente modesta, passou a ser a operação essencial dos intermediários financeiros.

Tal situação definiu a lucratividade dos bancos, principalmente nos últimos anos, nas operações de "open market".

Em 1987, os bancos ganharam com as operações de crédito o dobro que conseguiram com o "open", ao passo que, em 1988, a concessão de

* Economista da FEE e Professor da PUC-RS.

crédito não conseguiu superar 40% da receita global do sistema bancário. Em 1989, as rendas conseguidas no mercado aberto não só tiveram um crescimento significativo, como superaram bastante as receitas decorrentes das operações de crédito (JB, 1990).

A participação do saldo de aplicações no "open" sobre o ativo operacional, que era de 38% no final de 1987, passou para 61% em 1989. Isso significa que o sistema reduziu a sua principal atividade de intermediação financeira, isto é, fornecer crédito.

A presença do Governo no mercado financeiro também pode ser constatada, se observarmos que o montante real dos empréstimos ao setor privado caiu pela metade na década de 80, que a parcela das instituições privadas no total dos ativos financeiros (depósitos a prazo, letras de câmbio e depósitos à vista) caiu de 50% para apenas 20% e que os depósitos de poupança e títulos públicos (fora do BACEN) tiveram sua participação nesse total elevado de 45% para 75% nesse período (FSP, 1990).

Esse processo foi favorecido pelo anseio dos agentes econômicos de aplicarem no mercado financeiro. Com inflação ascendente e insegurança quanto ao comportamento da economia, os aplicadores passaram a investir principalmente no "overnight". Os prazos das demais operações, em decorrência, encurtaram drasticamente, porque não havia aplicadores dispostos a arriscar no longo prazo, e os próprios bancos temiam financiar investimentos por prazos mais dilatados com dinheiro de curto prazo.

Nesse período, caracterizado pela alta da inflação, poucas operações de crédito e predominância do Governo como tomador, as instituições financeiras registraram um elevado nível de participação no PIB (Tabela 1).

É importante ressaltar que tais níveis de participação são fruto do alto preço da intermediação financeira em épocas inflacionárias.

Diversamente de setores, como a indústria, que agregam valor ao transformarem e revenderem bens e serviços previamente adquiridos, as instituições financeiras têm como principal fonte de renda o diferencial líquido entre a receita de juros nominais proveniente das aplicações e a despesa com juros nominais pagos na captação. Sempre que há inflação, alarga-se esse diferencial. Enquanto os juros dos empréstimos sobem com a inflação, parte da captação permanece remunerada a juros nominais nulos, sob a forma de depósitos à vista.

Outro ponto a considerar é que, tendo deixado em grande parte de atuar como financiadora da produção, a rede bancária aperfeiçoou, cada vez mais, a área de serviços. Os bancos, por exemplo, praticamente substituíram o sistema coletor de impostos dos Governos em todos os níveis, passaram a receber contribuições previdenciárias, a pagar aposentadorias, a processar contas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outros encargos sociais, além de receberem pagamentos por carnês para organizações privadas.

Ao prestarem esses serviços, as instituições beneficiaram-se com "float", isto é, com tempo em que ficavam com os recursos recebidos a um custo zero e os aplicavam no "over", até o momento de repassarem ao cliente.

Todo esse quadro configurou-se numa apropriação da renda de outros segmentos econômicos.

Nos últimos 10 anos, por exemplo, enquanto inchou a participação do capital financeiro no PIB, a indústria ficou quase estagnada, passando de 43,3% em 1981 para 43,5% em 1988. A participação do setor agrícola, mais dependente do crédito, baixou de 10,5% para 8,7% nesse mesmo período.

Portanto, a intermediação financeira cresceu muito no rastro do processo inflacionário, que viabilizou rápido crescimento do número de agências bancárias com base no "lucro inflacionário". Outros fatores que também contribuíram para a expansão do sistema foram: o fim da exigência da carta-patente para a criação da instituição financeira, abolida pela Constituição, e a reforma bancária deflagrada em 1988, com a institucionalização do conceito de banco múltiplo, que permitiu que várias empresas do mesmo grupo, separadas juridicamente (banco comercial, banco de investimento, financeira, crédito imobiliário), passassem a constituir uma só, com caixa e balanço único.

O desempenho dos bancos no primeiro semestre de 1990

Com o Plano Brasil Novo, decretado em 16.03.90 pelo Governo Collor, o sistema financeiro sentiu-se abalado, pois, através de medidas de política monetária que controlavam os limites e prazos de saques tanto sobre os haveres monetários como sobre os não monetários (haveres financeiros), foi promovido um profundo corte na liquidez da economia.

Os meios de pagamento M4,¹ que totalizavam cerca de NCr\$ 4,2 trilhões em 13 de março de 1990, sofreram de imediato uma grande redução (67%), com o valor dos haveres financeiros, automaticamente transformados em cruzeiros, restringindo-se a Cr\$ 1,4 trilhão em 19 de março (GM, 1990). Esse corte foi justificado como necessário pelo Governo, devido à existência de uma grande massa de recursos encastelada sobre a forma de quase-moeda no curto prazo, que, se convertida em moeda, poderia representar um forte fator de pressão sobre a demanda, colocando em risco o sucesso do Plano.

Com esse confisco temporário da "riqueza financeira", as aplicações no "overnight", em fundos de curto prazo e na poupança, principalmente, tiveram uma significativa contração, a qual foi potencializada pela desconfiança que se criou em relação ao sistema financeiro. Além disso, o Plano gerou, num primeiro momento, uma queda drástica do "lucro inflacionário" com a redução da inflação de patamares elevados para próximos a zero.

Face a isso, previa-se que os efeitos do Plano sobre os intermediários financeiros seriam severos com os bancos, ocasionando elevadas perdas nas suas rentabilidades, sobretudo no primeiro semestre do ano, e, para minimizá-las, teriam que se redimensionar em termos de número de agências e quantidade de pessoal, além de cobrarem tarifas por serviços que antes eram muitas vezes prestados sem nenhum ônus ao cliente. A racionalização dos serviços bancários era imprescindível.

Esse cenário, profundamente pessimista, entretanto, não se configurou no primeiro semestre do ano, pois, conforme mostra a Tabela 2, que abrange um universo de 40 bancos, apenas oito bancos sofreram diminuição do lucro em relação ao mesmo período do ano passado, nenhum teve prejuízo, e, dos 15 maiores, somente quatro sofreram queda de rentabilidade. Na média, o lucro líquido cresceu quase 100%, e a rentabilidade patrimonial chegou perto de 10% no semestre. Além disso, contrariando a expectativa, não foi o período de primeiro de janeiro a 15 de março deste ano o mais lucrativo. Excluído o Banco do Brasil, que teve 87% de seu lucro auferido na primeira parte do semestre, o lucro médio de 36 bancos foi obtido, em sua maioria (53,9%), depois do Plano (GM, 1990).

¹ M1 é igual a depósito à vista mais moeda em poder do público; M2 é igual a M1 mais depósito a prazo; M3 é igual a M2 mais poupança; e M4 é igual a M3 mais títulos do Governo.

O resultado do segundo trimestre teria sido melhor, se não houvesse a conjugação de três fatores desfavoráveis: pagamentos de juros ao Banco Central por empréstimos destinados à cobertura de insuficiência de reservas; aumento das provisões para créditos de liquidação duvidosa; e provisões para eventuais perdas com a subscrição compulsória de Certificados de Privatização (CPs).

Esse resultado, contudo, não significa que o Plano de Estabilização não tenha deixado marcas no setor. Os bancos tiveram que recolher, em 15 de março, em cruzados, 8% de IOF sobre o que possuíam de carteira própria em aplicações financeiras; a maioria não dispunha de reservas suficientes para compensar os valores bloqueados pelo BACEN e tiveram que tomar emprestado do mesmo o que faltava para zerar suas posições bloqueadas. Até hoje, esses bancos ainda estão onerados por esses empréstimos, avaliados em US\$ 800 bilhões, e o prazo de devolução já se esgotou, exigindo uma nova composição com o Banco Central. Esse problema aflige principalmente os bancos estatais.

Com o Plano, os bancos também tiveram que mudar toda a sua política de captação e aplicações e buscar em outras fontes as receitas que haviam perdido em suas operações de "open market". Uma dessas fontes, mas não a principal, é a cobrança de tarifas pelos serviços prestados a clientes. A dimensão dessa receita para os bancos pode ser apreciada, por exemplo, no caso do BRADESCO, que teve uma arrecadação de US\$ 16 milhões com tarifas no primeiro semestre de 1989 e, este ano até junho, arrecadou US\$ 83 milhões (FSP, 1990).

Outra fonte de receita são os empréstimos, que voltaram a figurar como fonte principal de receita, fundamentalmente a partir de maio, mês em que as taxas de juros começaram a subir.

A retomada dos empréstimos pode ser vista na Tabela 2, através das operações de crédito. Dos 40 bancos analisados, somente seis mostram saldo menor do que o do primeiro semestre do ano passado. O BRADESCO aumentou 20% reais suas operações de crédito; o Itaú, 60%; o UNIBANCO, 129%; o Econômico, 507%.

Boa parte da expansão da carteira de empréstimos deve-se às diversas formas de conversão de cruzados novos para cruzeiros, estabelecidas na própria Medida Provisória nº 168,² combinadas com as con-

² A Medida Provisória nº 168 instituiu o cruzeiro, dispõe sobre a liquidez dos ativos financeiros e dá outras providências.

versões autorizadas posteriormente (torneiras abertas), que elevaram o saldo dos haveres financeiros de Cr\$ 1,4 trilhão em 19 de março para Cr\$ 2,8 trilhões em 30 de abril, dando, assim, um fôlego inesperado à atividade de intermediação financeira.

Em contrapartida, as provisões para créditos de liquidação duvidosa deram um grande salto (Tabela 2) na maioria dos bancos, evidentemente porque os riscos de inadimplência se tornaram maiores depois do Plano de Estabilização Econômica. Essas provisões, que na média cresceram 143%, impediram que o desempenho do setor fosse ainda melhor.

O patrimônio líquido, outro indicador utilizado para avaliar o desempenho das empresas (Tabela 2), cresceu 18% na média. Em parte, essa expansão deve ser atribuída ao fato de que o patrimônio de vários bancos foi aumentado contabilmente pela incorporação de outras empresas, quando da transformação em banco múltiplo e, em alguns casos, até por reavaliações espontâneas. Nesses casos, a própria rentabilidade, mesmo tendo o lucro crescido, foi menor, uma vez que foi apurada sobre um patrimônio contabilmente maior.

As melhores taxas de rentabilidade foram alcançadas pelos chamados bancos atacadistas, bancos de negócios, que possuem estrutura operacional mais leve. Em alguns deles, como o BMC, com 62,7%, o Progresso, com 36,6%, e o Itamarati, com 38,5%, as taxas elevadíssimas de rentabilidade dão uma visão distorcida do conjunto, pois a taxa média dos 40 bancos consolidada é obtida pela média aritmética simples.

Os bancos estrangeiros e os que têm em seu capital significativa participação estrangeira registraram excelentes taxas de retorno. O maior deles, o Citybank, quase dobrou sua rentabilidade.

O perfil dos depósitos também mudou com o Plano de Estabilização. Em 15 de março 1990, os depósitos à vista de 36 bancos (Tabela 3) representavam 15% dos depósitos totais; em 30 de junho, a participação subiu para 28%. Basicamente, isso ocorreu devido ao processo de monetização provocado pelo Plano. Os depósitos a prazo também deram um salto: dos 12% anteriores passaram a ter 36% dos depósitos totais.

A expansão dos depósitos a prazo no primeiro semestre está relacionada sobretudo com a necessidade que tiveram os bancos de captar depósitos em CDB e RDB, para cobrir insuficiência de reservas no BACEN.

O crescimento dos depósitos à vista e a prazo também foi influenciado pela queda de depósitos da poupança. Entre 15 de março e 30 de

junho deste ano, o saldo em cadernetas de poupança sofreu uma queda, nos 36 bancos considerados, em torno de 60%, levando-se em conta a posição anterior ao Plano. Em 15 de março, dois terços dos depósitos totais eram de poupança e, em junho, apenas 13%.

A queda de credibilidade depois do bloqueio da maior parte do dinheiro em cadernetas de poupança afastou o poupador temporariamente desse tipo de aplicação.

Outra mudança, esta mais acentuada, ocorreu nas captações de mercado aberto, que, de uma participação de aproximadamente 59%, um dia antes do Plano (em 15 de março de 1990), no consolidado dos bancos considerados, caíram para 37% em junho. Nessa avaliação, deve ser levado em conta que, em 30 de junho, parte das captações de mercado aberto ainda se encontravam bloqueadas no BACEN.

Conclusões e perspectivas

O desempenho dos bancos no primeiro semestre de 1990 não confirmou as previsões de um quadro profundamente negativo para o setor, e o enxugamento em suas estruturas acabou não acontecendo na magnitude esperada.

O cenário para o segundo semestre muda com a disposição do Banco Central de praticar no período uma política monetária fortemente contracionista para controlar a inflação e de retirar recursos do sistema. Até o mês de junho, o BACEN estava oferecendo dinheiro para os bancos na linha de assistência financeira de liquidez. Agora, pretende retirar dinheiro do mercado através da compra compulsória pelas instituições de Certificados de Privatização, da cobertura do saldo negativo na conta de cruzados novos e do aumento do depósito compulsório.

Essa situação deverá provocar uma escassez de dinheiro e, conseqüentemente, restringirá o fornecimento do crédito (atividade clássica dos bancos), o que fará as receitas decorrentes dessa importante fonte pós-Plano caírem. Como conseqüência, a rentabilidade dos bancos poderá ser menor do que a dos primeiros seis meses deste ano.

Todavia, apesar desse quadro, parece que a possibilidade de se reduzir a participação da atividade de intermediação financeira no PIB dos 15% atuais para algo em torno de 7%, como era no passado e se preconizava logo após o Plano de Estabilização, é difícil, pois a in-

flação resiste à queda e apresenta uma tendência de elevação gradativa, que poderá possibilitar a volta do "lucro inflacionário".

Se os bancos hoje operam com uma estrutura superdimensionada para padrões de economia com taxas baixas de inflação, por outro lado, custa muito desmobilizar toda uma máquina (agência, funcionários, serviços de processamento e análise de dados) criada para operar com altas taxas de inflação, principalmente sem a devida certeza de que o programa econômico estabilizou os preços definitivamente.

Até agora, o Plano teve o choque de curto prazo, mas não conseguiu mostrar com clareza como se fará a transição desse choque para uma política de médio e longo prazos.

Tabela 1

Participação percentual das instituições financeiras
no PIB, no Brasil — 1981-89

ANOS	PARTICIPAÇÃO
1981	11,0
1982	10,8
1983	12,8
1984	11,7
1985	12,4
1986	8,2
1987	15,1
1988	14,5
1989	15,0

Tabela 2

Depósitos, provisões, operações de crédito e indicadores de resultados financeiros de 40 bancos comerciais privados nacionais — Jan.-Jun.1989/90

DISCRIMINAÇÃO	DEPÓSITOS TOTAIS			DEPÓSITOS A VISTA		PROVISÕES PARA CRÉDITOS EM LIQUIDAÇÃO		
	Até Jun./90 (Cr\$ 1 000)	Até Jun./89 (NCz\$ 1 000)	Crescimento Real (%)	Até Jun./90	Totais % Até Jun./89	Até Jun./90 (Cr\$ 1 000)	Até Jun./89 (NCz\$ 1 000)	Crescimento Real (%)
BRASESCO - SP	344 613 524	13 101 962	-11,7	29,3	15,7	14 739 488	328 103	50,8
Brasil - DF	320 233 669	14 679 797	-26,7	47,9	21,7	40 883 964	646 945	112,2
Itaú - SP	252 765 136	7 417 612	14,4	26,8	18,2	10 749 191	111 266	224,4
BAMERINDUS - PR	166 208 976	3 418 436	63,3	32,7	10,9	1 375 264	30 730	50,3
BANESPA - SP	127 472 388	3 202 013	33,7	44,6	36,2	13 665 971	71 187	544,6
Nacional - MG	87 263 791	746 752	292,4	15,3	20,6	1 401 671	12 347	281,2
UNIBANCO - SP	72 762 811	1 332 911	83,3	19,1	13,1	4 222 758	42 937	230,2
Econômico - BA	64 079 194	597 018	260,4	13,5	16,8	4 832 445	18 000	801,4
BFB - SP	45 573 773	1 109 811	37,9	5,2	2,2	1 253 595	22 596	86,3
SUDAMERIS - SP	33 294 095	494 844	125,9	14,4	8,7	854 714	11 141	157,6
Real - SP	33 216 262	1 434 204	-22,2	57,6	16,7	479 524	20 418	-21,1
Citibank - SP	32 147 951	1 029 001	4,9	9,7	0,9	2 389 741	27 719	189,5
Safra - SP	30 235 302	1 402 006	-27,6	7,8	0,8	677 980	70 000	-67,5
Meridional - RS	25 928 033	804 171	8,3	27,5	13,1	380 810	7 232	76,8
BCN - SP	23 878 629	791 759	1,3	26,3	1,9	1 972 987	19 812	234,4
Mercantil de São Paulo - SP	23 817 574	292 072	173,8	27,7	35,9	147 963	5 313	-6,5
Lloyds Bank - SP	21 194 552	568 535	25,2	2,6	1,9	230 271	12 370	-37,5
América do Sul - SP	21 159 435	621 773	14,3	43,1	24,6	297 118	6 977	43,0
NOROESTE - SP	17 568 534	431 518	36,8	5,4	3,1	832 824	13 154	112,6
BMC	16 151 740	370 874	46,2	2,3	1,3	600 071	6 133	228,5
Progresso - MG	15 867 773	167 645	217,8	16,0	21,7	196 156	3 200	105,8
Bandeirantes - SP	14 243 540	170 354	180,7	20,2	14,5	149 497	5 063	-0,9
MULTIPLIC - SP	13 923 272	562 262	-16,9	0,2	0,4	339 925	8 741	30,6
BNB - CE	13 276 482	272 661	63,5	85,7	57,6	11 525 729	79 313	387,9
Mitsubishi	13 262 131	204 116	118,2	5,3	5,2	1 018 707	4 365	683,6
BANORTE - PE	12 536 494	233 746	80,1	42,1	40,8	490 930	5 363	207,4
Norchem	12 090 103	396 538	2,4	-	-	564 305	3 310	472,4
Joavista - RJ	11 358 304	239 490	59,2	8,4	3,0	634 256	2 620	712,8
Sogeral - SP	11 289 840	214 711	76,6	0,6	0,7	172 853	6 074	-4,4
Sumitomo - SP	10 149 418	205 720	65,7	0,5	3,8	581 475	5 138	280,0
Cidade	9 892 989	215 091	54,4	6,7	5,7	140 312	4 960	-5,0
Montreal - SP	7 871 676	336 985	-21,6	0,4	0,0	7 049	922	-74,3
Tokyo - SP	7 498 572	173 218	45,4	6,3	14,0	291 272	5 288	84,9
Geral do Comércio	6 897 457	47 872	383,8	26,6	22,4	115 640	2 195	76,9
BBA - SP	6 755 326	239 916	-5,5	0,0	0,0	138 051	3 187	45,4
Itamarati - SP	5 436 523	152 137	20,0	5,9	6,4	77 721	3 132	-16,7
Rural	4 525 184	100 128	51,7	23,2	12,7	69 972	2 024	-99,9
Fibra	2 879 506	145 372	-33,5	0,0	-	8 748	537	-45,3
Inter-Atlântico - RJ	2 838 476	191 625	-50,3	0,0	0,3	75 358	2 815	-10,1
Banfort	2 572 108	103 784	-16,8	9,3	4,7	1 404	1 199	-96,1
TOTAL	1 944 730 543	58 220 140	12,2	11,6	7,6	118 587 710	1 633 826	143,7
Média dos 40 bancos	48 618 263	1 455 504	12,2	11,6	7,6	2 964 693	40 846	143,7

(continua)

Tabela 2

Depósitos, provisões, operações de crédito e indicadores de resultados financeiros de 40 bancos comerciais privados nacionais — jan.-jun.1989/90

DISCRIMINAÇÃO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO			DISPONÍVEL/ATÍ- VO REAL (%)		RESULTADO OPERACIONAL		
	Até Jun./90 (Cr\$ 1 000)	Até Jun./89 (NCz\$ 1 000)	Crescimento Real (%)	Até Jun./90	Até Jun./89	Até Jun./90 (Cr\$ 1 000)	Até Jun./89 (NCz\$ 1 000)	Crescimento Real (%)
BRADESCO - SP	224 068 971	6 254 709	20,3	0,6	0,5	26 492 755	625 905	37,7
Brasil - DF	927 101 427	28 093 337	10,8	0,5	0,5	106 157 084	2 732 356	26,4
Itaú - SP	192 691 791	4 038 663	60,2	0,3	0,2	12 982 118	376 202	15,9
BAMERINDUS - PR	107 077 832	2 461 485	46,1	0,4	0,4	847 446	154 283	-82,1
BANESPA - SP	359 952 603	7 647 342	58,0	-	0,3	25 128 275	171 899	375,4
Nacional - MG	78 833 601	935 681	182,9	0,6	0,4	1 668 963	40 029	35,6
UNIBANCO - SP	98 094 942	1 433 046	129,8	0,2	0,3	6 052 779	7 009	2 708,6
Econômico - BA	119 023 200	657 746	507,6	0,2	0,2	901 047	49 484	-40,8
BFB - SP	52 135 497	994 657	76,0	1,9	0,6	5 818 307	123 998	52,6
SUDAMERIS - SP	36 227 037	780 920	55,8	0,1	0,0	5 562 755	98 239	84,2
Real - SP	15 487 499	824 646	-36,9	0,4	0,5	9 860 029	204 819	56,6
Citibank - SP	39 878 502	1 515 331	-11,6	0,1	0,0	2 647 004	54 338	58,4
Safra - SP	53 463 477	1 055 066	70,1	0,4	0,1	3 107 387	138 914	-27,2
Meridional - RS	34 895 500	766 038	53,0	0,4	0,3	6 766 871	60 703	262,6
BCN - SP	23 336 082	816 937	-4,1	0,1	0,0	1 566 940	38 994	32,4
Mercantil de São Paulo - SP	23 079 962	251 710	207,9	0,2	0,2	6 587 042	74 136	189,0
Lloyos Bank - SP	22 627 388	744 954	2,0	0,0	0,0	2 443 432	66 589	19,3
América do Sul - SP	22 248 266	539 134	38,6	0,8	1,7	3 005 612	78 131	25,1
NOROESTE - SP	14 484 363	472 584	2,9	0,2	0,2	1 671 468	25 552	112,8
BMC	20 315 743	585 688	16,5	0,0	0,1	4 595 179	134 895	10,8
Progresso - MG	12 896 988	219 706	97,1	0,4	0,3	993 982	35 075	-7,8
Bandeirantes - SP	9 727 898	236 892	37,9	0,4	0,6	2 416 969	28 507	175,8
MULTIPLIC - SP	22 576 062	688 360	10,1	0,1	0,0	4 599 996	114 875	30,2
BNB - CE	89 645 381	2 153 150	39,8	0,1	0,1	11 015 434	259 154	38,2
Mitsubishi	13 451 011	314 939	43,4	0,1	0,1	572 208	25 395	-26,7
BANDORTE - PE	6 005 078	200 330	0,6	0,6	0,5	658 035	15 850	35,0
Norchem	7 370 440	231 888	6,7	0,4	0,9	1 421 375	66 513	-30,5
Boavista - RJ	7 545 810	186 010	36,2	3,9	0,4	2 089 288	33 582	102,3
Sogeral - SP	5 790 919	162 483	19,7	0,2	0,3	446 832	11 867	22,5
Sumitomo - SP	15 384 138	302 715	70,6	0,0	0,0	1 948 974	45 650	38,9
Cidade - SP	11 458 432	194 308	98,0	0,2	0,0	1 779 177	37 298	55,1
Montreal - SP	9 599 183	312 733	3,1	1,1	0,3	2 096 070	41 822	63,0
Tokyo - SP	13 859 355	376 367	23,6	0,1	0,0	2 143 632	49 051	42,1
Geral do Comércio	10 295 745	149 467	131,3	0,4	0,6	2 687 415	35 873	143,6
BBA - SP	4 454 680	97 368	53,6	0,5	0,1	763 378	26 501	-6,3
Itamarati - SP	7 198 680	208 772	15,8	0,4	0,1	2 249 394	28 494	156,7
Rural - SP	5 723 318	101 913	89,5	0,4	0,2	1 350 586	14 648	199,9
Fibra	865 976	56 797	-48,8	0,5		514 178	21 415	-21,9
Inter-Atlântico - RJ	2 676 347	101 039	-11,1	0,3	0,2	566 103	21 217	-14,8
Banfort	2 669 279	119 242	-24,8	0,5	0,1	184 869	6 809	-11,7
TOTAL	2 724 247 403	67 284 153	35,9	0,2	0,2	274 370 388	6 176 071	44,5
Média dos 40 bancos	68 106 185	1 682 104	35,9	0,2	0,2	6 859 260	154 402	44,5

(continua)

Tabela 2

Depósitos, provisões, operações de crédito e indicadores de resultados financeiros de 40 bancos comerciais privados nacionais — jan.-jun. 1989/90

DISCRIMINAÇÃO	LUCRO LÍQUIDO			RENTABILIDADE DO PATRIMÔNIO (%)		PATRIMÔNIO LÍQUIDO REAL		
	Até Jun./90 (Cr\$ 1 000)	Até Jun./89 (NCz\$ 1 000)	Crescimento Real (%)	Até Jun./90	Até Jun./89	Até Jun./90 (Cr\$ 1 000)	Até Jun./89 (NCz\$ 1 000)	Crescimento Real (%)
BRASESCO - SP	5 706 211	214 369	-10,6	6,6	8,5	86 951 818	2 511 831	16,2
Brasil - DF	15 032 396	48 767	935,0	5,3	0,5	284 106 311	8 992 235	6,1
Itaú - SP	4 851 900	119 382	36,5	6,6	5,9	73 254 794	2 013 796	22,1
BAMERINDUS - PR	2 022 597	42 678	59,1	8,8	5,6	23 011 878	764 529	1,1
BANESPA - SP	12 347 042	120 443	244,2	21,7	10,3	56 878 066	1 169 698	63,3
Nacional - MG	1 317 304	29 187	51,5	12,5	9,1	10 535 607	319 618	10,7
UNIBANCO - SP	2 140 345	47 499	51,3	7,7	8,4	27 959 689	567 725	63,4
Econômico - BA	1 412 318	50 050	-5,3	8,2	9,7	17 154 922	515 096	11,8
BFB - SP	2 339 830	36 383	115,9	21,8	12,2	10 722 676	298 775	20,5
SUDAMERIS - SP	2 579 617	49 227	76,0	32,3	25,7	7 982 545	191 752	39,8
Real - SP	3 305 115	34 873	218,2	17,1	6,7	19 292 763	519 949	24,6
Citibank - SP	1 106 635	18 180	104,4	18,9	10,6	5 866 039	170 835	15,3
Safra - SP	1 882 714	56 102	12,7	15,8	11,5	11 906 842	487 397	-18,0
Meridional - RS	1 402 481	20 511	129,6	11,4	6,3	12 249 707	325 391	26,4
BCN - SP	1 780 660	22 237	168,9	17,4	8,0	10 246 713	277 545	24,0
Mercantil de São Paulo - SP	1 309 374	30 839	42,6	5,0	6,6	26 105 112	470 243	86,4
Lloyds Bank - SP	389 325	11 912	9,7	8,4	8,0	4 623 436	148 167	4,8
América do Sul - SP	983 580	17 540	88,3	12,6	8,0	7 811 608	219 047	19,7
NOROESTE - SP	610 658	13 426	52,7	12,1	8,7	5 007 947	154 323	9,0
BMC	1 737 325	62 789	-7,1	34,0	62,7	5 116 160	100 171	71,5
Progresso - MG	491 422	18 262	-9,6	22,6	36,6	2 171 054	49 781	46,4
Bandeirantes - SP	1 247 704	14 859	181,9	32,4	16,4	3 846 794	90 862	42,2
MULTIPLIC - SP	1 603 834	40 658	32,5	20,5	18,5	7 824 911	219 407	19,7
BNB - CE	1 076 348	23 824	51,7	7,3	5,0	14 841 161	473 097	5,3
Mitsubishi	24 479	5 124	-84,0	0,9	8,3	2 665 939	61 621	45,3
BANORTE - PE	514 420	10 266	68,3	9,9	8,4	5 215 001	122 384	43,1
Norchem	290 893	18 137	-46,1	14,8	28,8	1 959 959	62 867	4,7
Boavista - RJ	449 658	10 759	40,3	15,1	13,2	2 981 585	81 215	23,3
Sogeral - SP	266 902	5 964	50,3	15,8	13,8	1 694 395	43 205	31,7
Sumitomo - SP	307 471	8 940	15,5	14,2	13,7	2 163 932	65 249	11,4
Cidade - SP	657 455	10 527	109,7	28,2	15,4	2 330 278	68 175	14,8
Montreal - SP	847 980	10 442	172,7	23,0	8,5	3 681 790	123 244	0,3
Tokyo - SP	531 431	11 234	58,8	14,1	12,2	3 780 260	91 898	38,1
Geral do Comércio	983 892	11 156	196,1	42,7	18,0	2 306 784	61 960	25,0
BBA - SP	514 027	11 728	47,2	28,2	26,9	1 825 563	43 622	40,5
Itamarati - SP	1 110 408	12 018	210,2	36,8	28,5	3 016 603	42 104	140,6
Rural	639 754	7 386	190,8	38,3	22,2	1 668 732	33 330	68,1
Fibra	105 914	8 013	-55,6	19,7	43,0	538 469	18 648	-3,0
Inter-Atlântico - RJ	174 639	7 489	-21,7	14,0	24,2	1 246 297	30 969	35,1
Banfort	61 201	1 565	31,3	15,5	13,2	395 190	11 873	11,8
TOTAL	76 157 745	1 294 745	97,5	9,8	5,9	772 939 330	22 013 634	17,9
Média dos 40 bancos	1 903 931	32 369	97,5	9,8	5,9	19 323 483	550 341	17,9

FONTE: GAZETA MERCANTIL (13.9.90). São Paulo, p. 33.

Tabela 3

Distribuição percentual dos depósitos totais de
36 bancos no Brasil — 15.03.90 e jun./90

DISCRIMINAÇÃO	JUN/90	15.03.89	CRESCIMENTO REAL
Depósitos totais	100	100	9,9
Depósitos à vista	28	15	107,6
Depósitos a prazo	36	12	222,4
Depósitos Interf.	13	10	42,4
Depósitos de Poupança .	23	63	-59,9
Depósitos totais e capta- ção no mercado aberto .	100	100	-38,5
Depósitos totais	63	41	9,9
Captação no mercado aberto	37	59	-55,1

FONTE: GAZETA MERCANTIL (13.9.90). São Paulo, p.33.

Bibliografia

GAZETA MERCANTIL (25.5.90). São Paulo, p. 2.

___ (30.5.90). São Paulo. p. 9.

___ (13.9.90). São Paulo, p. 33.

FOLHA DE SÃO PAULO (8.2.90). São Paulo, p. B-2.

___ (23.7.90). São Paulo, p. B-8.

JORNAL DO BRASIL (11.3.90). Rio de Janeiro, p. 29.